

RELATÓRIO AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO (2023)

2.ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ÍNDICE

1.	Introdução - O que é o Resumo Não Técnico.....	2
2.	O que é a Avaliação Ambiental Estratégica.....	2
3.	O que é o Relatório Ambiental.....	3
4.	Qual é o objeto de avaliação da AAE. O que se avaliou.....	4
5.	Quais foram os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da alteração ao PDMA.....	6
6.	Que opções estratégicas foram avaliadas.....	7
7.	Quais as principais políticas orientadoras, e os principais planos e programas relevantes.....	9
8.	Quais as principais tendências que podem ser relevantes para a avaliação das opções estratégicas.....	11
9.	Quais as principais oportunidades e riscos a um desenvolvimento sustentável?.....	18
10.	Quais as principais diretrizes e quem são os principais agentes no sucesso de implementação do PDMA.....	21
10.1.	Diretrizes de seguimento acrescentadas no âmbito da AAE da alteração ao PDMA.....	24
11.	Quais são os principais indicadores de monitorização?.....	28
12.	O que se concluiu sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDMA.....	31
	Acrónimos.....	32

1. Introdução - O que é o Resumo Não Técnico

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 2.ª Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Águeda, a qual tem como objetivo principal a avaliar os efeitos significativos do plano (incluindo riscos e oportunidades) e estabelecer diretrizes para o seguimento (medidas de planeamento e gestão e medidas de controlo).

A elaboração do RNT tem como objetivo resumir, em linguagem não técnica, os efeitos significativos do Plano no ambiente e dos riscos e oportunidades previsíveis num contexto de transformação territorial, que se encontram desenvolvidos, de forma mais detalhada, no Relatório Ambiental (RA). Refira-se que ambos os documentos (RA e RNT) integram a proposta de Plano a sujeitar a consulta institucional e a discussão pública, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

2. O que é a Avaliação Ambiental Estratégica

De acordo com as melhores práticas, os objetivos da AAE de um plano são:

- 1) Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- 2) Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- 3) Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

A definição legal de avaliação ambiental estratégica (AAE), do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual, é:

- 1) A identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa,
 - Realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo;
 - Concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas;

- 2) A ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa;
- 3) A divulgação pública de informação respeitante à decisão final.

3. O que é o Relatório Ambiental

O Relatório Ambiental descreve todo o processo de avaliação ambiental que acompanhou a elaboração da alteração ao PDMA. Identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis.

Inclui:

- Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes (Objeto de avaliação);
- As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa (Análise de tendências);
- Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa (Quadro-Problema)
- Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação (Quadro de Referência Estratégico);
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano (Avaliação das opções da alteração);
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano (Diretrizes de seguimento);
- Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias (Integração dos resultados; Conclusões);
- Uma descrição das medidas de controlo previstas (Programa de seguimento);
- O presente resumo não técnico das informações referidas nas alíneas anteriores.

4. Qual é o objeto de avaliação da AAE. O que se avaliou.

A AAE incidiu sobre a 2.ª alteração à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Águeda.

O concelho de Águeda localiza-se na Região de Aveiro, da Região Centro de Portugal Continental. O seu Plano Diretor Municipal, que define a política do concelho em termos de uso e ocupação do solo, foi revisto em 2012, prosseguindo desde então uma estratégia que assenta nos seguintes eixos:

Qualificação industrial:

- Promoção do potencial produtivo e empreendedor
 - Inovação do produto
 - Qualificação de recursos humanos
 - Diversificação do tecido industrial
 - Qualificação dos espaços industriais
- Reforço da coesão social:
- Reforço da cidadania
 - Reforço da rede social
 - Requalificação da imagem do Concelho

Valorização e requalificação ambiental/turismo:

- Qualificação do património ambiental e edificado
- Política florestal
- Revitalização do sistema hídrico
- Conservação da natureza e biodiversidade

Revitalização agrícola:

- Diversificação agrícola
- Promoção do potencial agrícola
- Reestruturação das estruturas agrícolas

Potenciação energética e valorização de resíduos:

- Aumento da eco-eficiência
- Promoção das energias renováveis
- Promoção da educação ambiental
- Valorização energética de resíduos
- Reestruturação do sistema de recolha de resíduos

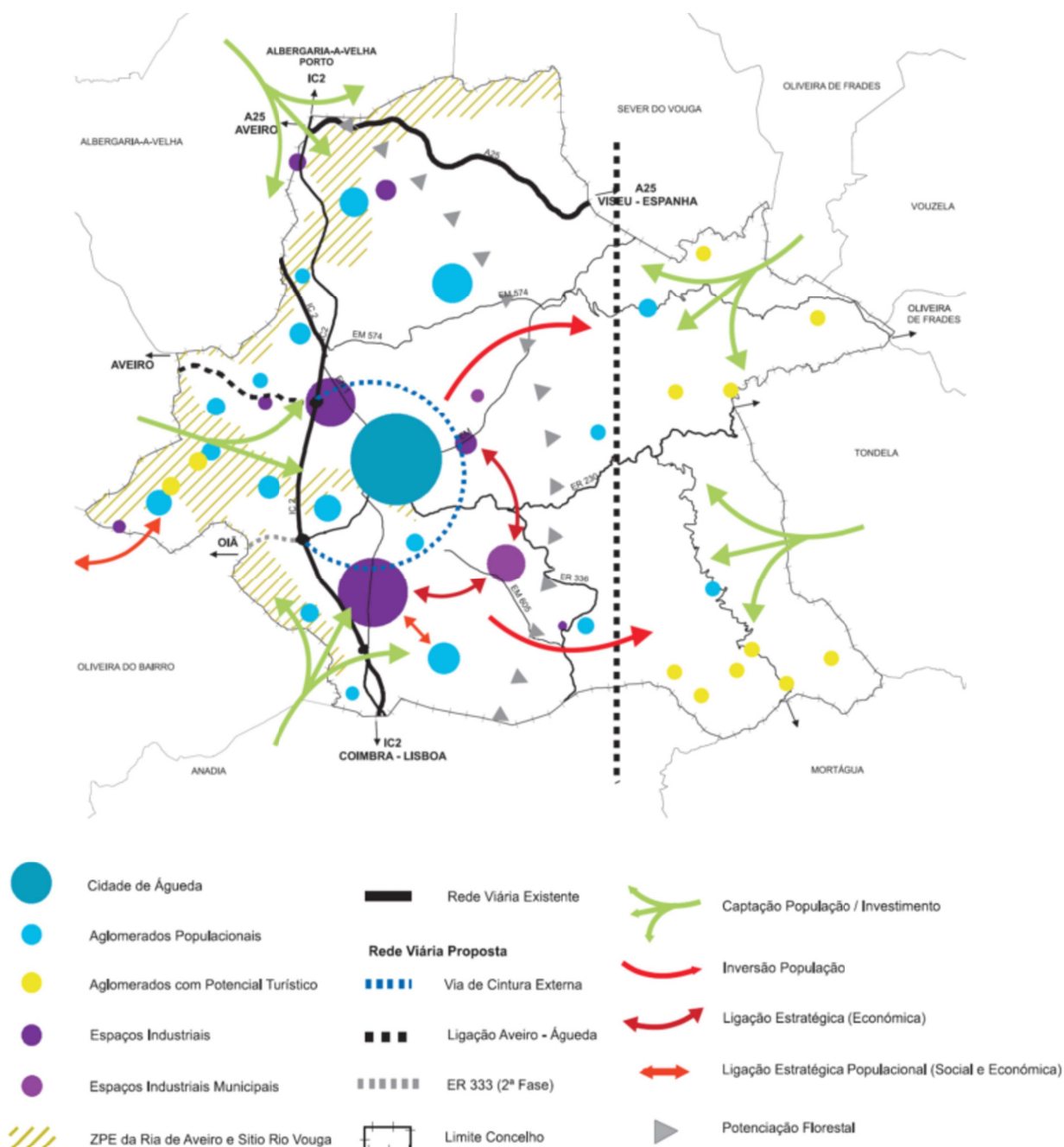
Reestruturação do modelo de ordenamento:

- Combate à especulação imobiliária / política de solos
- Requalificação de infraestruturas e equipamentos
- Qualificação urbana





A nível do território, a estratégia do PDMA de 2012 representa-se através do modelo territorial estratégico da figura seguinte, que representa os principais aglomerados populacionais, os espaços industriais, os eixos de captação de população e investimento, os aglomerados com potencial turístico, as principais ligações existentes e propostas, os eixos de potenciação florestal e as áreas classificadas para a conservação da natureza e biodiversidade.



O PDM transforma este modelo estratégico num conjunto de regras específicas para a ocupação do território do concelho, tais como: os espaços que devemos reservar para escolas e para estradas a

construir, quantos andares pode ter um edifício em determinado bairro, onde se podem instalar as indústrias no concelho, etc.

Desde a publicação do PDMA de 2012, houve várias mudanças que devem ser agora consideradas na forma como este modelo estratégico é transformado em regras específicas para a ocupação do território. A mudança principal que motivou esta alteração ao PDMA foi a atualização da legislação relativa ao ordenamento do território, em 2015. Outras mudanças a integrar nesta alteração prendem-se com a classificação de áreas especificamente para a preservação da natureza, para a proteção de recursos hídricos, desenvolvimento da floresta e proteção do património histórico e arqueológico.

O objeto de avaliação da AAE foi a forma como essas mudanças foram integradas no PDMA de 2012.

5. Quais foram os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da alteração ao PDMA

Os fatores críticos para a decisão são os temas fundamentais que foram tidos em conta na avaliação da alteração:

- FCD1 Conservação da natureza e biodiversidade: Em que medida as alterações afetam a sustentabilidade dos recursos biológicos (áreas protegidas e áreas classificadas e a continuidade entre valores naturais) e da floresta.
- FCD2 Ordenamento e qualificação do território: Em que medida as alterações afetam a organização do espaço do concelho, o uso e ocupação do solo de acordo com as suas capacidades e vocações, a atratividade das áreas urbanas e rurais e a sua valorização, incluindo as componentes de património histórico e arqueológico.
- FCD3 Qualidade ambiental e resíduos: Em que medida as alterações afetam a qualidade ambiental do ponto de vista do conforto bioclimático urbano (poluição do ar, ruído) e dos recursos hídricos (poluição das águas), bem como a situação em termos de valorização dos resíduos, incluindo a reciclagem.
- FCD4 Alterações climáticas e riscos: Em que medida as alterações contribuem para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e para a proteção contra os riscos naturais, mistos e tecnológicos (principalmente cheias e inundações, incêndios florestais, e acidentes industriais).
- FCD5 Desenvolvimento regional e local: Em que medida as alterações promovem o aumento da competitividade e dinâmica empresarial, o desenvolvimento humano e a dinâmica turística.

6. Que opções estratégicas foram avaliadas

A presente AAE incidiu sobre a busca de soluções de ordenamento do território que permitam atingir os objetivos do

PDMA num contexto legal que foi alterado desde a sua publicação, perante condicionantes atualizadas, e no respeito pelo ambiente numa perspetiva de sustentabilidade.

A AAE acompanhou e contribuiu para este trabalho de procura de soluções, bem como para a avaliação dos seus efeitos no ambiente, apoiando a seleção de alternativas de ação que potenciem as oportunidades de sustentabilidade e que evitem os riscos identificados.

As soluções a avaliar materializam-se nos objetivos específicos da alteração que se enquadram nas seguintes categorias:

- A. Alterações à Planta de ordenamento (nomeadamente as adaptações do plano ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial);
- B. Alterações à Planta de Condicionantes;
- C. Correções materiais, fruto de erros da cartografia de base do plano;
- D. Outras alterações regulamentares resultantes de atualizações e experiência de aplicação do plano desde 2012;
- E. Outras correções que possam vir a ser identificadas.

A sua lista completa apresenta-se de seguida.

A1. Nova ponderação da classificação do solo como urbano (especial enfoque no solo atualmente identificado como urbanizável).
A2. Ponderação de espaços que constituem reserva de solo ao abrigo do artigo 154.º do RJIGT (infraestruturas e equipamentos).
A3. Reclassificação do solo de espaço Residencial para Espaço de Atividades Económicas no Préstimo (no âmbito da estratégia de qualificação industrial).
A4. Inserir em solo urbano construções existentes fora do perímetro urbano pelo PDM2012 (no decurso dos pedidos apresentados no âmbito da participação inicial).
A5. Conversão dos espaços residenciais tipo 3 em espaços habitacionais tipo 2 e espaços de atividades económicas em função das dinâmicas empresariais instaladas
A6. Atualização da classificação de zonas como mistas/sensíveis tendo em conta as novas escolas entretanto construídas

B1. Identificação de 4 monumentos de interesse público e delimitação das respetivas zonas de proteção especiais.
B2. Identificação de 1 imóvel de interesse municipal.
B3. Identificação do SIC Ria de Aveiro.
B4. Identificação/alteração de perímetros de proteção de captações para abastecimento público.
B5. Atualização da RRN e servidões rodoviárias em função da caducidade/revogação do Estudo Prévio do IC2 (Declaração n.º 98-A/2019, de 26 de dezembro) e do IC35 (Declaração n.º 42/2020, de 22 abril), da necessidade de identificação da nova zona de servidão non aedificandi associada ao eixo rodoviário Aveiro/Águeda; e da entrada em vigor do novo Estatuto das Estradas da RRN (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua versão atualizada)
B6. Integração na rede municipal de troço desclassificado da EN1.
B7. Aditamento da Planta de Condicionantes – Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios.



B8. Atualização da perigosidade de incêndio florestal conforme revisão do PMDFCI 2015.

B9. Identificação da Lagoa de Águas Públicas - Pateira de Fermentelos e das respetivas zonas de proteção.

C. Correções materiais, fruto de erros da cartografia de base do plano.

D1. Eliminação da planta da Hierarquia Viária (art.º 3)

D2. Eliminação da planta de Áreas Edificadas Consolidadas por já terem definição estabelecida na lei (art.º 3)

D3. Atualização dos IGT em vigor no concelho (art.º 4)

D4. Introdução de definição do conceito de “vias municipais” (art.º 5)

D5. Atualização das condicionantes presentes no território e respetiva nomenclatura (art.º 6)

D6. Clarificação das regras de ocupação em domínio hídrico, nomeadamente a aplicação da servidão com base na realidade do território em casos de desfasamento cartográfico e a obrigatoriedade de licença da APA para as utilizações em domínio hídrico (art.º 6)

D7. Clarificação das regras relativas às servidões rodo e ferroviárias, nomeadamente a largura variável das áreas non aedificandi ao longo das infraestruturas identificadas em planta e a necessidade de cumprimento da legislação em vigor e de parecer das entidades competentes para intervenções nas zonas confinantes ou vizinhas a estas infraestruturas (art.º 6)

D8. Introdução de nova área classificada em Rede Natura 2000 – o SIC Ria de Aveiro e identificação dos respetivos habitats, bem como a atualização dos diplomas associados (art.º 6, 7 e 8)

D9. Clarificação do regime de uso em áreas classificadas em Rede Natura 2000 relativo à caça (art.º 8)

D10. Correções relacionadas com a atualização do RJGT, nomeadamente a atualização de nomenclatura e definições de classes e categorias de solo e a remoção das categorias operativas (art.º 9 e ao longo do regulamento)

D11. Reformulação da descrição do sistema urbano (art.º 10).

D12. Atualização da lista de espaços de atividades económicas do concelho, nomeadamente pela reconversão do Parque Empresarial Giesteira Norte em espaço de equipamentos e da criação de dois novos espaços na Aguada de Cima (por reconversão de espaço residencial tipo 3) e no Préstimo (art.º 10).

D13. Definição de um regime mais abrangente relativo às zonas inundáveis, de acordo com o sugerido pela APA (art.º 13-A)

D14. Introdução da possibilidade de legalização de construções cujo uso não seja permitido na categoria e espaço de solo rústico ou urbano em que se insiram e da legalização de construções e ampliações não licenciadas (art.º 16 e art.º 16-A).

D15. Integrar os equipamentos sociais no domínio dos investimentos de interesse público isentos de algumas das regras de edificação (art.º 17).

D16. Atualização do tipo de elementos de património existentes no concelho (já não se encontram imóveis em Vias de Classificação e adição de 7 novos sítios arqueológicos) (art.º 18)

D17. Atualização da rede viária e clarificação da definição dos respetivos níveis hierárquicos, nomeadamente através da distinção dos caminhos vicinais das vias municipais do sistema quaternário (art.º 22 e art.º 23).

D18. Atualização dos perfis-tipo das vias da rede municipal (definição de largura para estacionamento no perfil tipo, definição de largura para ciclovias no perfil opcional, generalização do perfil para novos caminhos municipais em solo rústico, restrição da permissão de redução do perfil a vias em áreas consolidadas) e definição da largura das áreas non aedificandi associadas a vias programadas do sistema secundário (art.º 24 e 25)

D19. Introdução da cor cinza na lista de cores admitidas em obras de construção, reconstrução e alteração no solo rústico (art.º 29)

D20. Exclusão das áreas destinadas a arranjos exteriores das áreas de construção dos edifícios em solo rústico (art.º 31)

D21. Acentuar a restrição de construção de novas habitações em Espaços Agrícolas a edificações unifamiliares e a situações comprovadas de inexistência de alternativa (outra habitação ou inexistência de alternativa de localização) e para residência própria e permanente do agricultor (art.º 34.º).

D22. Atualização de nomenclaturas e conceitos conforme Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro (art.º 34 e ao longo do regulamento)

D23. Elevação das subcategorias de espaço florestal de conservação a categorias distintas, conforme Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto (art.º 37 e ao longo do regulamento)

D24. Eliminação da possibilidade de construção de habitação em espaços florestais

D25. Introdução de disposições para compatibilização com PROF-CL de 2019, incluindo a redução do número de espécies admitidas no concelho (mas mantendo duas não listadas do PROF, o Salgueiro e o Amieiro) (art.º 38 e 40)

D26. Permissão da edificação de canis e gatis em espaços florestais de produção no âmbito dos equipamentos de segurança e proteção civil (art.º 41)

D27. Redução das áreas mínimas da parcela para a ampliação e reconstrução de habitações e para a construção de empreendimentos turísticos e equipamentos de utilização coletiva em espaços florestais (art.º 42 e 45)

D28. Redução das áreas mínimas da parcela para construção de empreendimentos turísticos em espaços naturais (art.º 48)

D29. Estabelecimento de usos e condições de ocupação da categoria aglomerados rurais, para conformação com o DR 15/2015 (art.º 59)

D30. Estabelecimento de identificação e regime de ocupação para a categoria áreas de edificação dispersa para conformação com o DR 15/2015 (art.ºs 60-A, 60-B e 60-C)

D31. Definição de afastamentos mínimos para edificações isoladas destinadas exclusivamente a comércio no solo urbano (art.º 63)

D32. Alteração das disposições sobre impermeabilização de logradouros (eliminando-se as referências a dimensões e permanecendo os percentuais) no solo urbano, criando-se um regime de exceção para os espaços de atividades económicas (art.º 65)

D33. Eliminação do regime de exceção na aplicação dos parâmetros de estacionamento em ampliações inferiores a 50% da área de construção, e aplicação dos mesmos também a alterações de uso (art.º 66)

D34. Eliminação dos parâmetros mínimos de estacionamento específicos dos estabelecimentos hoteleiros (que se entende ficarem incluídos no comércio e serviços) (art.º 66).

D35. Introdução de um mínimo de um lugar de estacionamento público para novas construções, alterações de uso e ampliações (art.º 66).

D36. Introdução de parâmetros mínimos de estacionamento público também para habitação unifamiliar (art.º 66)

D37. Atualização das freguesias em consequência das uniões operadas em 2012 (art.º 67)

D38. Especificação da altura máxima da empena de anexos em solo urbano quando implantados à extrema, como altura medida a partir da respetiva cota de soleira (art.º 70)

D39. Introdução de disposições de controlo da florestação em solo urbano, nomeadamente para a sua efetiva limpeza após corte de infestantes e de espécies de crescimento rápido e para a proteção contra o risco de incêndio (art.º 71)

D40. Introdução da necessidade de articulação volumétrica com a envolvente nas novas edificações, ampliações, reconstruções e alterações em espaços histórico-culturais (art.º 77)

D41. Alterações aos usos industriais compatíveis com espaços centrais em consequência das alterações à classificação de indústrias (art.º 79, 84, 87)

D42. Revogação do articulado relativo a espaços residenciais do tipo 3 (art.º 81)

D43. Introdução da permissão explícita da instalação de edifícios e infraestruturas de apoio complementar aos serviços públicos em espaços de equipamentos (art.º 92-A)

D44. Restrição aos edifícios para indústria da disposição supletiva acerca da altura da fachada em espaços turísticos na envolvente à Pateira de Fermentelos (art.º 94)

D45. Clarificação dos materiais admitidos para acabamentos e revestimentos em espaços turísticos (art.º 96)

D46. Permissão de oficinas de veículos automóveis em espaços de atividades económicas (art.º 99)

D47. Explicitação da área das instalações de operações de gestão de resíduos a circunscrever por cortina arbórea (art.º 99)

D48. Definição de um índice de impermeabilização máximo como disposição supletiva para edificação em espaços de atividades económicas (art.º 100)

D49. Introdução de 6 novas UOPG e seus programas e alteração do programa da UOPG2 (art.º 133 e 134)

D50. Introdução de disposições sobre UOPG, nomeadamente a possibilidade de definição de novas UOPG, o ajuste dos seus limites, a sua forma de execução e as operações permitidas até à sua execução (art.º 133)

E1. Atualização das Zonas Inundáveis

7. Quais as principais políticas orientadoras, e os principais planos e programas relevantes

A nível nacional, regional e municipal, identifica-se um grande número de documentos de orientação, cobrindo os temas relevantes para o PDM tais como as alterações climáticas, os transportes, a proteção civil, o urbanismo e ordenamento do território, o ordenamento da floresta, a gestão dos recursos hídricos, os resíduos, a economia e coesão social. A AAE analisou 30 documentos de orientação e enquadrando as suas análises e avaliações nos seus objetivos e metas para o futuro do país, da região e do concelho. Esses documentos estão listados de seguida, apresentando-se a sua convergência com os fatores críticos de decisão que orientaram a avaliação.

ELEMENTOS DO QRE	FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO				
	FCD1	FCD2	FCD3	FCD4	FCD5
Plano Nacional da Água 2022-2027					
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água					
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020					
Compromisso para o Crescimento Verde 2020-2030					

ELEMENTOS DO QRE	FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO				
	FCD1	FCD2	FCD3	FCD4	FCD5
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)					
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020					
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020-2030					
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050					
Estratégia Nacional para o Ar 2020					
Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020					
Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020+					
Estratégia Portugal 2030					
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030					
Plano Setorial Rede Natura 2000					
Estratégia Nacional para as Florestas 2030					
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território 2030					
Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030					
Estratégia Turismo 2027					
Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva					
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)					
Proposta de Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro					
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral					
Plano de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis 2016-2021					
Plano Regional Desenvolvimento Turístico do Centro 2020-2030					
Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Aveiro					
Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios					
Agenda 21 Local					
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro					
Plano de Adaptação às Alterações Climáticas do Município de Águeda					
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Águeda					

	Ligação nula/fraca.	FCD1 - Conservação da Natureza e biodiversidade.
	Ligação média	FCD2 - Ordenamento e qualificação do território.
	Ligação forte	FCD3 - Qualidade ambiental.
		FCD4 - Alterações climáticas e riscos naturais.
		FCD5 - Desenvolvimento regional e local.

8. Quais as principais tendências que podem ser relevantes para a avaliação das opções estratégicas

A análise estratégica que foi realizada permitiu identificar as seguintes tendências no território, por FCD.

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências
FCD1. Conservação da natureza e biodiversidade	Ecossistemas e habitats	Evitar a fragmentação de ecossistemas e habitats.	I01. Área potencialmente relevante para a conectividade ecológica (corredores verdes concelhios).	17 539 hectares (PDM2021) (52% do concelho) 18289 hectares (2ª. Alt. 1ª Rev. PDM) (55% do concelho) Esta área corresponde à estrutura ecológica municipal definida no PDM. Inclui espaços agrícolas, alguns tipos de espaço florestal, espaços naturais e espaços verdes em solo urbano.
		Assegurar a preservação de áreas classificadas e promover a sua valorização.	I02. Áreas protegidas e classificadas no concelho.	Rede Natura 2000: 4136 hectares (12% da área do concelho) Sítio RAMSAR (Pateira de Fermentelos): 951 hectares (3% da área do concelho) Trata-se de um concelho com uma área de Rede Natura 2000 muito expressiva, correspondente a 25% do território e associada principalmente aos habitats aquáticos existentes ao longo da rede hidrográfica do concelho. O sítio RAMSAR no concelho de Águeda coincide geograficamente com área classificada em Rede Natura 2000. Desde 2012, houve nova classificação em Rede Natura 2000 (a Zona Especial de Conservação da Ria de Aveiro) e foi classificada a Pateira de Fermentelos na rede RAMSAR dedicada à conservação de áreas húmidas.
			I03. Ações de gestão na Rede Natura 2000.	A CMA regista um número crescente de ações de gestão anuais na Rede Natura 2000 ao longo do período em estudo, dedicadas principalmente à eliminação de espécies invasoras, educação ambiental, limpeza de rios e estabilização de margens.
	Floresta	Controlar as monoculturas com espécies de rápido crescimento, fomentando a diversificação silvícola.	I04. Povoamentos de espécies autóctones.	As espécies autóctones ocorrem espontaneamente, de forma dispersa pelo concelho, mas não em povoamento.
			I05. Área de povoamentos monoespécies de eucalipto e pinheiro.	20 706 hectares (62% do concelho) A área de povoamento de eucalipto cresceu já além do admitido pelo PROF-CL, e extravasa os espaços florestais.



FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências																		
FCD2 Ordenamento e qualificação do território		Ordenar e revitalizar os territórios da floresta.	I06. Área de florestas certificadas no município	12% das florestas certificadas pela PEFC 10% das florestas certificadas pela FSC A certificação florestal no concelho tem aumentado gradualmente desde 2012.																		
			I07. Área florestal gerida de forma agrupada	Área Florestal Agrupada da Panasqueira (11 proprietários, 11ha, 80% por eucalipto e 20% diversas espécies de folhosas)																		
			I08. Empresas com atividade económica florestal ou indústrias associadas, pessoal ao seu serviço e VAB gerado	133 empresas (2% do total das empresas no concelho) 423 pessoas ao serviço (1% do pessoal ao serviço das empresas e atividades económicas) 10 milhões EUR (2% do VAB do concelho) (2008)																		
	Política de solo	Regular e disponibilizar solo a preços controlados.	I09. Preço do solo industrial.	A tendência nos últimos anos é de redução do preço médio do solo industrial. Entre os anos 2012 e 2015 o valor era de 40 a 75 €/m2 e entre 2016 e 2019 o valor rondou os 24,2 a 24,8€/m2.																		
			I10. Preços medianos do aluguer e compra de habitação.	A tendência dos preços medianos do aluguer é crescente com ligeira redução em 2020 em relação a 2019. <table><tr><td>Ano</td><td>€/m²</td></tr><tr><td>2017</td><td>3,02</td></tr><tr><td>2018</td><td>3,17</td></tr><tr><td>2019</td><td>3,66</td></tr><tr><td>2020</td><td>3,62</td></tr></table> A tendência dos preços medianos de compra nos últimos é de aumento. <table><tr><td>Ano</td><td>€/m²</td></tr><tr><td>2017</td><td>658</td></tr><tr><td>2018</td><td>679</td></tr><tr><td>2019</td><td>716</td></tr><tr><td>2020</td><td>755</td></tr></table> Os preços medianos tanto do aluguer bem como de compra no concelho são consideravelmente muito abaixo da média nacional e regional.	Ano	€/m²	2017	3,02	2018	3,17	2019	3,66	2020	3,62	Ano	€/m²	2017	658	2018	679	2019	716
Ano		€/m²																				
2017	3,02																					
2018	3,17																					
2019	3,66																					
2020	3,62																					
Ano	€/m²																					
2017	658																					
2018	679																					
2019	716																					
2020	755																					
Aumentar a atratividade residencial, económica, ambiental, cultural e de lazer das áreas urbanas e rurais.	I11. População residente	A tendência nos últimos 2 anos (2019 e 2020) é de ligeiro aumento em relação aos anos anteriores. <table><tr><td>Ano</td><td>Hab (nº)</td></tr><tr><td>2017</td><td>46333</td></tr><tr><td>2018</td><td>45992</td></tr><tr><td>2019</td><td>46075</td></tr><tr><td>2020</td><td>46349</td></tr></table>	Ano	Hab (nº)	2017	46333	2018	45992	2019	46075	2020	46349										
Ano	Hab (nº)																					
2017	46333																					
2018	45992																					
2019	46075																					
2020	46349																					



FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências										
			I22. População com menos de 15 anos no total da população.	A tendência nos últimos anos é de redução da população com menos de 15 anos no total da população. <table><tr><th>Ano</th><th>Hab (%)</th></tr><tr><td>2017</td><td>12,3</td></tr><tr><td>2018</td><td>12,1</td></tr><tr><td>2019</td><td>11,9</td></tr><tr><td>2020</td><td>11,8</td></tr></table>	Ano	Hab (%)	2017	12,3	2018	12,1	2019	11,9	2020	11,8
	Ano	Hab (%)												
	2017	12,3												
	2018	12,1												
	2019	11,9												
	2020	11,8												
	Uso e ocupação do solo	Identificar o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição.	I13. Número de empresas deslocalizadas de área urbana para área industrial ou parque empresarial	Verifica-se um aumento de deslocalizações de 2018 para 2019 de empresas para a área do PEC. Da ocupação registada em 2019, 23% da área total corresponde a áreas livres para ocupação.										
Aumentar a atratividade das zonas históricas/degradadas		I14. Peso da reabilitação no conjunto do sector da construção	As obras de alteração e reconstrução são praticamente inexistentes, tendo, no entanto, as obras de ampliação alguma representatividade em 2019 (20%), contudo o que representa maior peso são as construções novas.											
Afetar às áreas e solos de elevado valor ocupações e usos compatíveis com os seus objetivos.		I15. Solos classificados como Reserva Agrícola Nacional com uso agrícola	<u>RAN qualificada como espaço agrícola:</u> PDM2012: 3470 ha (76%) <u>RAN com uso agrícola:</u> 2453,1 ha (54%)											
		I16. Área de Reserva Ecológica Nacional	A Área de REN mantém-se entre 2012 e 2023.											
Património	Proteger e valorizar os elementos patrimoniais concelhios.	I17. Património arquitetónico classificado	Houve duas novas classificações desde 2012.											
		I18. Património arqueológico	São identificados 27 sítios com interesse arqueológico											
		I19. Espaços verdes em solo urbano.	676 hectares (9% do solo urbano)											

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências																				
FCD3 Qualidade ambiental e valorização de resíduos	Ambiente urbano	Aumentar o conforto bioclimático dos espaços urbanos.	I20. Número de dias com qualidade do ar fraca ou má no concelho.	A tendência nos últimos anos é de redução, em média, do número de dias com qualidade do ar fraca ou má. <table><tr><th>Ano</th><th>Nº dias</th></tr><tr><td>2012</td><td>57</td></tr><tr><td>2013</td><td>27</td></tr><tr><td>2014</td><td>31</td></tr><tr><td>2015</td><td>28</td></tr><tr><td>2016</td><td>8</td></tr><tr><td>2017</td><td>18</td></tr><tr><td>2018</td><td>3</td></tr><tr><td>2019</td><td>20</td></tr><tr><td>2020</td><td>9</td></tr></table> A política de apoio ao desenvolvimento industrial e ao empreendedorismo promove naturalmente um aumento das emissões, que se espera mitigar com algumas medidas, incluindo a criação de uma Bolsa Municipal de Carbono.	Ano	Nº dias	2012	57	2013	27	2014	31	2015	28	2016	8	2017	18	2018	3	2019	20	2020	9
			Ano	Nº dias																				
			2012	57																				
	2013	27																						
	2014	31																						
	2015	28																						
	2016	8																						
	2017	18																						
2018	3																							
2019	20																							
2020	9																							
I21. População exposta a ruído excessivo.	As fontes de informação não permitem a construção de uma tendência.																							
I22. Edifícios com certificação energética com classificação A a C.	55,6% dos certificados emitidos.																							
Recursos hídricos	Monitorizar e proteger a qualidade dos recursos hídricos	I23. Proporção de massas de água em estado Bom ou Superior.	8/14. Apesar do desenvolvimento de várias ações de monitorização dos recursos hídricos, dos trabalhos de conservação e limpeza e dos projetos de valorização, este valor mantém-se constante ao longo dos últimos anos.																					
		I23a.Acessibilidade física à rede de saneamento de águas residuais (%)	Aumento da acessibilidade à rede de saneamento através de redes físicas <table><tr><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th></tr><tr><td>79%</td><td>82%</td><td>86%</td><td>86%</td><td>87%</td></tr></table> (dados ERSAR, 2023)	2017	2018	2019	2020	2021	79%	82%	86%	86%	87%											
	2017	2018	2019	2020	2021																			
79%	82%	86%	86%	87%																				
Promover o uso eficiente da água.	I24. Perdas no sistema de abastecimento de água	Encontra-se entre os 30 e os 40% desde 2014. Em valor absoluto, há uma tendência clara de diminuição das perdas desde 2017,																						
Gestão de resíduos	Valorizar os resíduos produzidos no município	I25. Águas residuais tratadas reutilizadas.	Não há reutilização de águas residuais no concelho.																					
		I26. Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem.	Indicador relativamente estagnado desde 2016, em torno dos 79%. Os dados disponíveis apontam para uma baixa cobertura da rede de ecopontos.																					

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências
FCD4 Alterações climáticas e riscos Mitigação das alterações	Mitigação das alterações climáticas	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE).	I27. Bolsa de Carbono Municipal – área plantada e toneladas de CO2 compensadas.	A Bolsa de Carbono Municipal é um projeto do PDMA que ainda não teve concretização.
			I28. Emissões de gases com efeito de estufa.	228,2 kton (2017) Identifica-se um crescimento das emissões entre 2015 e 2017 globalmente e em todos os setores exceto indústria e eletricidade e resíduos, em que diminuíram as emissões. É preocupante o crescimento de emissões de GEE nos setores residencial e serviços e transportes. Os fogos florestais de 2017 prestaram um forte contributo para o valor das emissões de GEE, verificando-se que sem esta fonte as emissões teriam decrescido.
	Adaptação e resiliência do território, vulnerabilidade e a riscos naturais e mistos	Implementação de uma cultura de sensibilização para o risco e aumento da adesão a atitudes e comportamentos de boas práticas de prevenção e redução do risco.	I29. Número de aldeias e de pessoas abrangidas pelos programas “Aldeia Segura” e “Pessoa Segura” e programas regionais e locais similares, para os diferentes perigos.	1 Aldeia segura (Alcafaz), com 24 residentes e 9 pessoas com residência ocasional e sazonal.
		Diminuir a vulnerabilidade do território a cheias e inundações e incêndios florestais.	I30. Intervenções concluídas de prevenção e proteção contra riscos naturais e mistos.	Apesar de se realizarem ações de limpeza dos rios e de já estarem concluídos alguns projetos do PDMA2012 para controlo de cheias, estão ainda em execução as intervenções preconizadas pelo Plano de Drenagens da Cidade de Águeda. O PMDFCI tem execução substancial, mas ainda aquém das suas metas.
			I31. Área artificializada em áreas suscetíveis a inundação.	Territórios artificializados sobre o polígono de cheia centenária de 2001: 47 hectares. Para que haja termo de comparação com a alteração, mediram-se os espaços urbanos do PDM2012 sobre o polígono da cheia de 2001: 48 hectares
			I31a. Usos e ocupações em áreas vulneráveis a inundação	A área integrada em zonas inundáveis está maioritariamente afeta a usos do solo rústico, enquadrando-se principalmente nas categorias espaços agrícolas e espaços naturais. Em solo urbano a área integrada (cerca de 2% (48 ha) da área inundável total) abarca principalmente usos residências e multifuncionais dada a sua localização na zona central da cidade de Águeda



FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências
FCD5 Desenvolvimento regional e local			I32. Número de ocorrências de ignições e total de área ardida.	Indicadores de grande variabilidade. De 2012 a 2019, regista-se uma média de cerca de 1 300 hectares de área ardida por ano, com um desvio padrão de 2 300 hectares (dispersão acentuada com valor extremo em 2016), e uma mediana de cerca de 220 hectares. Quanto ao número de ocorrências, de 2012 a 2019 registou-se uma média de 129 ignições anuais, com um desvio padrão de 84 e uma mediana de 104.
	Vulnerabilidade a riscos	Diminuição do número de incêndios e acidentes industriais graves.	I33. Caracterização do risco de incêndio/acidente industrial.	Risco moderado, com periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer, mas em caso de manifestação com gravidade para as populações, ambiente e alguma disrupção na comunidade acompanhada de perda financeira.
	Competitividade e dinâmica empresarial	Promover o crescimento do tecido empresarial do concelho.	I34. Número de empresas e VAB.	O número de empresas tem tendência crescente e corresponde em 2019 a 5555 empresas. As exportações para dentro da UE aumentaram substancialmente, mas regista-se uma redução das exportações para fora da UE a partir de 2014. As atividades com aumento de número de empresas em 2018 foram as relacionadas com a <i>agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</i> . A atividade com maior variação percentual de VAB são as <i>atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas</i> com 95%, contudo as atividades de maior peso são <i>indústrias transformadoras</i> .
		Promover a inovação.	I35. Novas patentes.	Pedidos de patentes (48 entre 2012 a 2020), com algumas concessões anualmente. Decrescente iniciativa dos últimos 2 anos de análise.
	Desenvolvimento Humano	Criar emprego e qualificar os recursos humanos.	I36. Taxa de desemprego.	Valores de desemprego sempre abaixo da média nacional e da região. 2012: 8,1% 2019: 2,9%
			I37. Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior.	Águeda vai-se aproximando da proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior de Portugal. Portugal 22% em 2018. Águeda 17% em 2018.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Tendências												
	Dinâmica turística	Melhorar a atratividade turística no concelho.	I38. Número de empreendimentos turísticos e respetiva qualidade da oferta, número de estabelecimentos de alojamento local, e respetivas capacidades de alojamento.	6 ET existentes com uma capacidade para 467 utentes (aumento no ano de 2017, passando de 301 para os 467 utentes). Qualidade de oferta (ET): 4*: 4 Hotéis 3*: 1 Hotel 1*: 1 Hotel As 24 unidades de Alojamento Local (AL), com uma capacidade para 256 utentes, com aumento constante entre 2012 a 2021: 2012: 62 utentes. 2021: 256 utentes.												
			I39. Dormidas, hóspedes e estada-média nos estabelecimentos de alojamento turístico por tipo de alojamento.	Aumento substancial de dormidas e de N.º de hóspedes em 2019; queda em 2020. <table><tr><td></td><td><u>2018</u></td><td><u>2019</u></td><td><u>2020</u></td></tr><tr><td>Dormidas:</td><td>30 548</td><td>46 156</td><td>23 227</td></tr><tr><td>Hóspedes:</td><td>19 328</td><td>28 443</td><td>13 299</td></tr></table> Estada-média com pouca variabilidade, atualmente 1,7 dias. Estada-média relaciona-se com turismo de fim-de-semana ou de passagem.		<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	Dormidas:	30 548	46 156	23 227	Hóspedes:	19 328	28 443	13 299
				<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>										
Dormidas:	30 548	46 156	23 227													
Hóspedes:	19 328	28 443	13 299													
I40. Taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico.	Tendo em conta a estada-média o tipo de turismo associado poderá ser o turismo de curta duração (fim-de-semana) ou de passagem, a taxa de ocupação demonstra que a oferta para este tipo de estadia está adequada uma vez que o número de dias de fim-de-semana corresponde a cerca de 26% dos dias do ano. Tendo em conta a particularidade do decréscimo no ano 2020, provocada pela pandemia, não é reveladora a tendência deste indicador.															

9. Quais as principais oportunidades e riscos a um desenvolvimento sustentável?

Oportunidades	Risco
Transposição para o PDM as disposições associadas à delimitação do novo SIC da Ria de Aveiro, detalhando e implementando ao nível municipal o regime de proteção. No âmbito do novo enquadramento legal, e de novas delimitações de perímetros florestais, verifica-se o aumento da área florestal e agrícola efetivamente qualificada como tal Aprendizagem e transferência de conhecimento acerca da gestão agrupada de espaços florestais, a partir da experiência da AFBV na Panasqueira. Reforço do controlo das pressões que ameaçam os habitats e espécies naturais presentes no concelho, nomeadamente a poluição das águas, as espécies invasoras, as obras hidráulicas, as interrupções da continuidade dos cursos de água, as captações de água, extração de areias, pesca e florestação intensiva. Aproveitamento das vastas áreas de estrutura verde principal para projetos de usufruto das mesmas, compatíveis com as suas funções ecológicas, nomeadamente para desporto, lazer, lazer e algumas atividades económicas selecionadas aumentando a atratividade do concelho. Ajuste aos parâmetros de cedência para espaços verdes no sentido de alargar a rede ecológica urbana nas áreas menos servidas por grandes espaços verdes. O grau de reversão do espaço urbanizável para solo rústico poderá introduzir impactos positivos na vertente agrícola, nomeadamente ao libertar do urbano, áreas agrícolas que ficaram com melhores possibilidades de continuidade dada a eliminação da pressão de construção. Oportunidade de reconhecimento dos registos patrimoniais arqueológicos, como elementos potenciadores de desenvolvimento sustentável, e salvaguarda da sua proteção e preservação, nomeadamente os espaços sepulcrais que se prolongam para os adros dos templos. O reconhecido potencial geológico nomeadamente a oportunidade para serem consideradas as implicações decorrentes da Área Cativa de Argilas. Aproveitamento dos açudes existentes na rede hidrográfica para a instalação de mini-hídricas, já preconizado no PDM2012, mas com integração em projeto associado à conservação da natureza, garantindo assim que as mesmas são adequadamente	Abandono dos territórios florestais em consequência da redução da dinâmica económica associada à floresta. Pressão de povoamentos monoespecíficos de eucalipto. Proliferação de espécies exóticas, com desequilíbrio dos ecossistemas. Ocorrência de grandes fogos florestais, com perda económica e natural/paisagística grave. Ocorrência de incêndios graves em áreas urbanas potenciados pela florestação em solo urbano. Reabilitação lenta das áreas ardidas, com ocorrência de fenómenos generalizados de erosão no território. Degradação da qualidade do ar em épocas de incêndio, com consequências para a saúde humana e para o turismo. Agravamento de situações de cheia e inundação no concelho, com todas as consequências que delas advêm. Ocorrência de acidentes industriais e de acidentes com transporte de mercadorias perigosas, com consequências nas áreas urbanas adjacentes. Incapacidade de gerar interesse a curto e médio prazo nas ações de mitigação das alterações climáticas tais como a Bolsa de Carbono. Degradação da qualidade do ar nos perímetros urbanos, com consequências para a saúde da população, devida às emissões do setor dos transportes e indústria, e dos fogos florestais. Efeitos negativos do excessivo uso de transporte individual na atratividade do concelho, qualidade ambiental, saúde e qualidade de vida. Estagnação das taxas de ocupação do PEC e outros espaços de atividades económicas do Concelho, face a potenciais inversões do crescimento económico, resultando em lotes vazios em permanência (mitigado pelos esforços municipais no âmbito do apoio ao empreendedorismo). Redução acentuada da economia em resultado da pandemia e dificuldade na retoma. Dificuldades na retenção de diplomados na indústria, comprometendo a Reindustrialização.



Oportunidades	Risco
estudadas do ponto de vista da compatibilidade e impactes nos ecossistemas. Implementação do plano de drenagem da cidade de Águeda. Avaliação da necessidade de atualização do mapa de ruído. Atualização de zonas mistas e sensíveis face aos novos usos, promovendo a correta avaliação das excedências de níveis de ruído e a avaliação da necessidade de medidas de redução e mitigação do ruído. Dinamização de projetos de produção energética de associações de moradores, de grupos de empresas, indústrias ou explorações agrícolas, no âmbito da redução de emissões. Promoção do turismo de natureza, na sequência do investimento já realizado e em curso na preservação e valorização do ambiente e património, trilhos e educação ambiental. Aproveitamento turístico de unidades industriais, ativas ou inativas. Aproveitamento de sinergias associadas à boa progressão da deslocalização de empresas para espaços de atividades económicas, no âmbito da economia circular, da descarbonização e dos benefícios da concentração. Em função das dinâmicas de deslocalização industriais verificadas, recuperar e qualificar os espaços de onde partiram, fomentando a instalação de usos mais compatíveis com os existentes. Dinamização da transição industrial, aproveitando a elevada capacitação tecnológica, através da continuidade do apoio ao empreendedorismo e do estabelecimento de parcerias. Promoção da separação dos usos habitacional e industrial nos espaços residenciais de tipo 3, onde coexistem, de forma a reduzir a exposição dos moradores a fontes locais de ruído e poluição do ar. Reforço das tendências de decréscimo de emissões do setor industrial. Definição de regras para a rede de recolha de resíduos recicláveis que potenciem o seu crescimento. Implementação de incentivos ao aumento da eficiência energética dos edifícios, tanto no âmbito da reabilitação, como também no âmbito da nova construção. Implementação de uma rede de ciclovias, reforço do transporte público e da rede pedonal e de carregamento elétrico para incentivar a transferência	Desvalorização dos recursos do solo em termos agrícolas, considerando o volume de negócios e potencial empregador do setor apresentado. Aumento do desconhecimento sobre os bens patrimoniais arqueológicos e possível perda das suas localizações, dificultando a criação de condições para a sua preservação. Potencial perda de conforto pedonal, menor usufruto de espaço público e fraca resiliência do espaço urbano às alterações climáticas pelos baixos valores de estrutura verde secundária por habitante, em especial no que diz respeito a vias arborizadas. Estagnação da taxa de resíduos urbanos preparados para reciclagem e da proporção de resíduos encaminhados para aterro. Criação de pressões adicionais sobre os recursos hídricos com o alargamento de áreas urbanas e as construções em solo rústico. Falhas na monitorização e controlo da qualidade dos recursos hídricos pelo desconhecimento do estado químico das massas de água.



Oportunidades	Risco
modal e para veículos elétricos e assim reduzir emissões associadas ao setor dos transportes. Implementação da bolsa de carbono municipal, já preconizada no PDM2012, e seu alargamento a utilizadores de transporte individual, no âmbito de novas iniciativas associadas a Águeda Smart City, com forte apoio em plataformas digitais. Reforço da implementação da Estratégia de Mobilidade Sustentável no âmbito da redução de emissões de GEE. Integração de dados atualizados sobre a perigosidade de incêndio no território municipal, para melhor informar a decisão no planeamento e ocupação do solo.	

10. Quais as principais diretrizes e quem são os principais agentes no sucesso de implementação do PDMA

- 1 - A par com a criação dos parques empresariais de génese municipal, incentivar a deslocalização de unidades industriais localizadas em áreas urbanas e florestais para áreas industriais devidamente adequadas à atividade.
- 2 - Promover o desenvolvimento de programas e projetos como o RICÁgueda e alguns projetos no âmbito do programa europeu URBACT, entre outros que já decorrem em Águeda, que promovam a inovação e a lógica de disseminação do conhecimento e da transferência de saber entre as entidades, agentes e empresas existentes no Município, fomentado a criação de redes formais e informais a este nível.
- 3 - Adequar a dinamização de cursos de formação profissional e tecnológica às tipologias económicas emergentes no Município.
- 4 - Incentivar a gestão florestal, reajustando o coberto florestal no sentido de se criarem núcleos de espécies arbóreas autóctones, fomentando o aumento da capacidade de sumidouro de carbono dos sistemas naturais presentes e apoiando o desenvolvimento do projeto do PDM Bolsa de Carbono, nomeadamente através da avaliação da possibilidade de as ações de florestação da Bolsa de Carbono estarem associadas à recuperação de áreas ardidas ou com dano, ou à florestação em espaços urbanos e periurbanos, bem como da avaliação da possibilidade de alargamento do projeto aos cidadãos e não só empresas, angariando como parceiros para esta ação a AFBV e as empresas florestais do concelho.

Nota: Procura ativa de parceiros para a definição de novas ações no âmbito desta diretriz, no sentido de incentivar o aumento da área coberta por espécies arbóreas autóctones. Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

- 5 - Reforçar a rede de vigilância e prevenção de acidentes naturais, promovendo a partilha de informação e meios de prevenção e combate a incêndios na floresta e cheias, entre as entidades com responsabilidades específicas.

Nota: Reforçar a ação, a par da execução do PMDFCI revisto.

- 6 - Reforçar a rede de transportes públicos, bem como a rede de pistas cicláveis e pedonais, aumentando a oportunidade de utilização de outros meios de transporte, desincentivando a utilização frequente do meio de transporte privado e movido a partir de combustíveis fósseis, apoiando a implementação do Observatório da Mobilidade municipal em articulação com o regional, e procurando implementar a Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 e o PIMT-RA, nomeadamente nas suas vertentes de promoção do desenvolvimento de parcerias para a ação e de planos de mobilidade de empresas e polos geradores.

Nota: Reforçar ação no âmbito da promoção da qualidade do ar.

- 7 - Criar ações incentivadoras da recuperação, regeneração e ocupação de construções abandonadas e/ou degradadas nos núcleos históricos.

Nota: Manter o trabalho de implementação de ORU para as ARU delimitadas no concelho, onde esse desenvolvimento seja avaliado como possível.

- 8 - Implementar ações de revitalização e proteção de património edificado e dos recursos naturais, promoção, entre outros, da recuperação gradual das linhas de água e das faixas ripícolas contíguas.
 - 9 - Definir critérios para o desenvolvimento de atividades e equipamentos turísticos em áreas sensíveis (como os espaços Rede Natura 2000), de forma a assegurar a integridade biofísica e paisagística dos ecossistemas.
 - 10 - Desenvolver e implementar ações de proteção e conservação da biodiversidade concelhia de espaços naturais não classificados.
 - 11 - Promover o reordenamento cinegético no Concelho.
 - 12 - Requalificar espaços verdes e de utilização coletiva, em termos de estrutura verde (promovendo a gestão ecossustentável, através da aplicação de boas práticas ambientais, a adoção de redes secundárias de rega) e de mobiliário urbano para utilização comunitária, em momentos de lazer e convívio.
- Nota:** Continuar a averiguar a existência de ineficiências no uso de água municipal.
- 13 - Fomentar a dinamização de atividades ligadas ao rio, criando ainda espaços qualificados que funcionem como âncoras junto à frente ribeirinha.
 - 14 - Assegurar a continuidade dos corredores ecológicos até ao rio, dinamizando espaços de acesso e fruição sustentável do mesmo.
 - 15 - Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas no meio rural, apostando na preservação de tradições, métodos de cultivo e culturas tradicionais, visando a criação de "produtos" turísticos atrativos nestes espaços.
- Nota:** Reforçar ação. Propõe-se a continuação do desenvolvimento das ações de formação e orientação.
- 16 - Promover o potencial agrícola concelhio, através de sessões de esclarecimento e da realização de formação específica em termos de técnicas, práticas e rentabilidade das culturas, com vista na revitalização e melhoramento da atividade agrícola concelhia, nomeadamente da agricultura biológica.

Nota: Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução. No âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

- 17 - Desenvolver e implementar um programa municipal de acompanhamento e gestão ambiental das atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e aquíferos.

Nota: Dar maior atenção às questões das emissões poluentes do ar no âmbito da sua execução.

- 18 - Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e/ou impacte ao nível do escoamento da água aquando de inundação.

- 19 - Avaliar e promover o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energias renováveis, nomeadamente de origem eólica, hídrica, solar e florestal.

- 20 - Promover a certificação energética de edifícios (residenciais, turísticos e industriais), bem como implementar sistemas de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético.

- 21 - Implementar o Plano de Desenvolvimento da Sustentabilidade Energética do Concelho.

- 22 - Dinamizar e promover a utilização da Linha do Vouga em alternativa ao automóvel.

Nota: aguarda-se execução do projeto de realocização de apeadeiros para avaliar a necessidade de reforçar a ação no âmbito da qualidade do ar.

- 23 - Avaliar excedências de ruído e implementar medidas relacionadas com a sua redução e mitigação, em particular nas zonas sensíveis.

- 24 - Promover e divulgar formas de minimização, valorização e reciclagem junto dos cidadãos e das empresas, desenvolver projetos que fomentem o fecho do ciclo dos materiais (incluindo simbioses industriais e Zonas Empresariais Responsáveis) e adequar o sistema de gestão de RSU às necessidades concelhias.

- 25 - Concluir a cobertura do Concelho no que diz respeito a infraestruturas, incentivando a efetiva ligação de edifícios à rede de saneamento e tratamento de águas residuais e de abastecimento de água e promovendo a concretização das ligações viárias que tornam o concelho mais competitivo.

Nota: Reforçar ação no sentido de promover mais eficazmente a eficiência hídrica nos vários setores.

- 26 - Desenvolver no Concelho fatores de atratividade para as gerações mais jovens, incluindo o apoio à habitação, incentivando a sua participação ativa e sentido de identidade pelo Município.

- 27 - Desenvolver e promover as atividades e produtos tradicionais/típicos do Município.

- 28 - Valorizar o capital humano, através da criação de mecanismos de participação e discussão pública de assuntos e temáticas importantes para o Município.

- 29 - Monitorizar a situação do concelho em termos de equipamentos, conhecendo em contínuo as capacidades, taxas de ocupação, necessidades presentes atendidas e não atendidas e previstas, apoiando o planeamento das redes de equipamentos municipais, bem como criando e/ou reforçando redes sociais intra-concelhias e inter-freguesias, no combate a desigualdades e

assimetrias de oportunidades, em áreas sociais de apoio à família, à criança, ao idoso, ao deficiente, áreas de desenvolvimento como desportivas e culturais, bem como de educação e saúde.

- 30 - Desenvolver Guias de Boas Práticas para a implementação das estratégias aos níveis agrícola e silvícola.

Nota: Reforçar a ação e no âmbito da eficiência hídrica manter as orientações e formação para uma agricultura mais sustentável.

10.1. Diretrizes de seguimento acrescentadas no âmbito da AAE da alteração ao PDMA

- 1 - Criar um plano de monitorização da conversão dos espaços residenciais do tipo 3 em espaços de atividades económicas, medindo o potencial aumento de pressões sobre a biodiversidade presente, que permita despoletar ações de avaliação da biodiversidade e respetiva proteção caso se verifiquem grandes aumentos no domínio das emissões sonoras, gasosas e de partículas, do tráfego, resíduos e outros.
- 2 - Envolver as associações de florestais na criação de um plano de monitorização da ocupação e exploração dos espaços florestais perante a redução das áreas mínimas da parcela.
- 3 - Acompanhar a localização dos novos espaços equipamentos, assegurando que aqueles que aí sejam instalados que beneficiem de um enquadramento em áreas centrais ou residenciais têm ligações de transportes adequadas para todos os modos e um espaço público qualificado e digno da função do espaço.
- 4 - Dinamizar a ocupação do espaço de atividades económicas do Préstimo, avaliando a possibilidade de criar incentivos ou programas de apoio à deslocalização para a serra.
- 5 - Monitorizar os efeitos da potencial ocupação do espaço de atividades económicas do Préstimo nos restantes usos desta área serrana, nomeadamente reabilitação e ocupação de edifícios, aumento do comércio e serviços.
- 6 - Acompanhar o estado dos territórios das UOPG, avaliando as dinâmicas instaladas de forma a avançar com a contratualização da sua execução oportunamente, evitando assim o comprometimento do correto processo de planeamento destes espaços.
- 7 - Continuar a implementação da Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020, realizando, se necessário, estudos adicionais de monitorização e atualização
- 8 - Fortalecer a política de incentivo à transição modal junto de populações específicas – escolar e em polos empresariais.

- 9 - Avaliar a cobertura em termos de infraestruturas e serviços urbanos nas novas áreas incluídas em perímetro urbano no âmbito da alteração A4 e procurar implementar soluções para suprir as falhas identificadas.
- 10 - Atualizar a análise da população sujeita a níveis de ruído elevado e avaliar a necessidade de introduzir medidas de redução e de mitigação do ruído.
- 11 - Incentivar a gestão de resíduos no turismo.
- 12 - Criar e implementar uma solução de monitorização dos efeitos locais das indústrias do tipo 1 admitidas em espaços centrais.
- 13 - Avaliar necessidades de reforço da estrutura verde secundária por habitante, especificamente das vias e espaços públicos arborizados, no âmbito do conforto pedonal, potencial de usufruto e da mitigação dos efeitos das alterações climáticas.
- 14 - Revisão dos sensores da rede de estações ambientais para validação de leituras de NO2. Confirmando-se as leituras elevadas, desenvolvimento e implementação de plano de ação para o controlo da qualidade do ar nas áreas sensíveis mais afetadas.
- 15 - Contrariar a estagnação da taxa de preparação para reutilização e reciclagem principalmente através do incremento da cobertura da rede de ecopontos/recolha seletiva.
- 16 - Avaliar a possibilidade de implementação da bolsa municipal de carbono, bem como do seu alargamento a outros usos além do industrial.
- 17 - Adaptação das faixas de gestão de combustível aos perímetros urbanos alterados.
- 18 - Envolvimento da Proteção Civil no desenvolvimento do Espaço de Atividades Económicas no Préstimo, no sentido de acautelar os riscos acrescidos naquele espaço pela conversão operada.
- 19 - Monitorizar os números do risco social no concelho como base de informação para a tomada de decisão em ordenamento do território.
- 20 - Garantir a efetiva separação entre espaços residenciais e espaços de atividade económica evitando a localização de atividades potencialmente mais perigosas na envolvente.
- 21 - Garantir que as novas explorações a licenciar asseguram o adequado tratamento/encaminhamento de águas e resíduos.

A tabela seguinte, à qual se chama Quadro de Governança, lista, para cada eixo estratégico do PDMA e por FCD, as entidades cujo envolvimento é crucial no sucesso da implementação dos objetivos do plano. Os nomes correspondentes a cada uma das siglas das entidades indicadas estão indicados na lista de acrónimos no final deste resumo.

FATORES CRÍTICOS	ENTIDADES CONSTITUINTES DO QUADRO DE GOVERNANÇA
QE1. QUALIFICAÇÃO INDUSTRIAL: Promoção do Potencial Produtivo e Empreendedor Inovação do Produto Qualificação de Recursos Humanos Diversificação do Tecido Industrial Qualificação dos Espaços Industriais.	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA CCDRC ICNF AFBV Universidades/UA.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA IAPMEI AEA CCDRC Universidades/UA AdRA AdCL Empresas/Associações Empresariais.
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA ECTRI AdRA AdCL CCDRC ERSUC LIQ Empresas/Associações Empresariais AEA GNR/SEPNA.
FCD4: Alterações climáticas e riscos	CMA DGEG APA Universidades/UA Empresas/Associações Empresariais AEA.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA IAPMEI AEA IEPF Centro de Formação Profissional de Águeda ESTGA/UA ABIMOTA ACOAG LIQ Empresas/Associações Empresariais INPI
QE2. REFORÇO DA COESÃO SOCIAL: Reforço da Cidadania Reforço da Rede Social Requalificação da Imagem do Concelho	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA Juntas de Freguesia ICNF AFBV.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA CCDRC Juntas de Freguesia ACOAG Turismo Centro de Portugal Segurança Social DGPC DRCC Autoridade de Saúde.
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA CCDRC AdRA AdCL.
FCD4: Alterações climáticas e riscos	CMA CCDRC ICNF AFBV.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA Operadores hoteleiros e de restauração ACOAG Turismo Centro de Portugal Juntas de Freguesia União Concelhia das IPSS de Águeda IPSS de Águeda.
QE3. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL / TURISMO: Qualificação do Património Natural e Edificado Política Florestal Revitalização do Sistema Hídrico Conservação da Natureza e Biodiversidade.	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade de Portugal.	CMA CCDRC ICNF APA ONG Universidades/UA Cooperativas/Associações de produtores florestais AFBV Turismo
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA CCDRC Turismo de Portugal DGPC DRCC.
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA APA CCDRC Universidades/UA CIRA AdRA AdCL.
FCD4: Alterações climáticas e riscos	CMA CCDRC ICNF Cooperativas/Associações de produtores florestais AFBV ANEPC Universidades/UA.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA CCDRC Turismo de Portugal.
QE4. REVITALIZAÇÃO AGRÍCOLA: Diversificação Agrícola Promoção do Potencial Agrícola Reestruturação das Estruturas Agrícolas.	

FATORES CRÍTICOS	ENTIDADES CONSTITUINTES DO QUADRO DE GOVERNANÇA
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA DRAPC ICNF AFBV.
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA DRAPC DRCC.
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA DRAPC Cooperativas/Associações de agricultores (de Águeda) Central Termoeleétrica de Mortágua GNR/SEPNA
FCD4: Alterações climáticas e riscos	CMA DRAPC ICNF AFBV.
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA DRAPC CCDRC Cooperativas/Associações de agricultores (de Águeda) AgroBio IEF
POTENCIAÇÃO ENERGÉTICA E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS: Aumento da Ecoeficiência Promoção das Energias Renováveis Promoção da Educação Ambiental Valorização Energética de Resíduos Reestruturação do sistema de recolha de resíduos.	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA DRAPC ICNF AFBV
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA CCDRC DRCC ERSUC, Universidades/UA.
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA CCDRC Universidades/UA ERSUC EDP DGEG GNR/SEPNA APA SPV.
FCD4: Alterações climáticas e riscos	CMA DGEG ERSE ERSUC Universidades/UA Empresas/Associações empresariais AEA APA ADENE RNAE REN Associações Locais EDP Produtores florestais AFBV Central Termoeleétrica de Mortágua CUR-Energia elétrica CUR-Gás
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA EDP DGEG ERSUC ONG Juntas de Freguesia SPV Universidades/UA IEF
REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE ORDENAMENTO: Combate à Especulação Imobiliária/Política de Solos Requalificação de Infraestruturas e Equipamentos Qualificação Urbana.	
FCD1: Conservação da Natureza e Biodiversidade	CMA
FCD2: Ordenamento e Qualificação do Território	CMA DGT AEA AdRA AdCL EDP IP DGPC CCDRC REN DGSS IPDJ Operadores de Telecomunicações CIRA
FCD3: Qualidade Ambiental e valorização de resíduos	CMA CCDRC ICNF Universidades/UA AdRA AdCL EDP.
FCD4: Alterações climáticas e riscos	ANEPC AEA APA EDP
FCD5: Desenvolvimento Regional e Local	CMA CCDRC DGT DGPC DRCC Associações Locais Turismo de Portugal

11. Quais são os principais indicadores de monitorização?

FCD	Indicadores de monitorização	Notas
FCD1 Conservação da natureza e biodiversidade	IM34 Avaliação global do estado de conservação dos habitats presentes no concelho.	Fonte: Dados dos Relatórios da Diretiva Habitats do ICNF. Meta: Aumento do estado de conservação
	IM04 Ações de gestão na Rede Natura 2000. (n.º de ações)	Fonte: APA Meta: Aumento do n.º de ações
	IM03 Povoamentos de espécies autóctones (ha %)	Fonte: COS ICNF Meta: Aumento da área de espécies autóctones
	IM05 Área de florestas certificadas no município (ha %)	Fonte: Dados dos serviços dos sistemas de certificação florestal implementados em Portugal – PEFC e FSC. Meta: Aumento da área de florestas certificadas
	IM21 Área florestada com eucalipto (ha %)	Fonte: COS ICNF Meta: Diminuição da área florestada com eucalipto (pelo menos para a cota permitida)

FC D	Indicadores de monitorização	Notas
FCD2 Ordenamento e qualificação do território	IM35 Percentagem de pedidos de apoio à habitação atendidos (n.º pedidos atendidos % de pedidos atendidos)	Fonte: CMA Meta: Aumento do número de pedidos atendidos
	IM36 Preço do solo industrial (€/m2)	Fonte: CMA Meta: -
	IM37 Preços medianos do aluguer e compra de habitação. (€/m2)	Fonte: INE (Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por Localização geográfica e Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²) por Localização geográfica e Tipo de construção) Meta: -.
	IM38 Variação da população residente (n.º %)	Fonte: INE Meta: Aumento da população residente
	IM39 Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	Fonte: INE (indicador com a mesma designação) Meta: Aumento da proporção de alojamentos servidos por rede de drenagem de águas residuais
	IM10 Número de visitantes dos núcleos patrimoniais (n.º visitantes % (evolução anual))	Fonte: CMA Meta: Aumento
	IM11 Património classificado (n.º)	Fonte: CMA Meta: Aumento
	IM40 Satisfação com o espaço público.	Fonte: Inquérito anual da Comissão Europeia (de duas perguntas baseado no Indicador de qualidade do espaço público do <i>Urban Audit</i> da Comissão Europeia, apresentado no <i>website</i> https://ec.europa.eu/transport/themes/quality-public-spaces-indicator_en .) Meta: Aumento da satisfação

FCD	Indicadores de monitorização	Notas
FCD3 Qualidade Ambiental	IM41 Número de dias com qualidade do ar fraca ou má nas estações da rede municipal de monitorização da qualidade do ar, por poluente (n.º %)	Fonte: APA + Rede municipal de estações de medição da qualidade do ar Meta: Diminuição do n.º de dias com qualidade o ar fraca ou má
	IM42 Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (ton %)	Fonte: INE Meta: Aumento da proporção
	IM14 Proporção de massas de água em estado Bom ou Superior (%)	Fonte: INE (indicadores: Massas de água superficiais por Localização geográfica e Classificação do estado químico; Massas de água subterrâneas por Localização geográfica e Classificação do estado global) Meta: Aumento da proporção
	IM43 Perdas no sistema de abastecimento de água (%)	Fonte: INE Meta: Perdas menores ou iguais a 20%
	IM44 Águas residuais tratadas reutilizadas (%)	Fonte: AdRA + ERSAR Meta: Aumento
	IM18 Área de território com solo artificializado e teor de carbono no solo (ha kton)	Fonte: COS (alteração dos territórios artificializados nas sucessivas publicações da COS) + ICNF (geo-dados abertos do ICNF) Meta: -

FC D	Indicadores de monitorização	Notas
FCD4 Alterações climáticas e riscos	IM19 Consumo de energia elétrica por setor (kWh %).	Fonte: INE (indicador: Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo) Meta: Manutenção
	IM24 Edifícios com certificação energética com classificação A a C. (n.º %)	Fonte: Adene (website do Sistema de Certificação Energética de Edifícios https://www.sce.pt/estatisticas/) Meta: Aumento
	IM17 Bolsa de Carbono Municipal – área plantada e toneladas de CO2 compensadas.	Fonte: CMA Meta: Implementação do projeto
	IM45 Consumo de combustíveis fósseis (ton)	Fonte: INE (Usando como <i>proxy</i> a venda de combustíveis, com fonte de informação no indicador Vendas de combustíveis líquidos e gasosos (t) das empresas por Localização geográfica e Tipo de combustível) Meta: Diminuição
	IM22 Intervenções concluídas de prevenção e proteção contra riscos naturais e mistos (n.º tipo de intervenções)	Fonte: CMA (contabilização das ações de DFCI, intervenções e obras de prevenção e proteção contra inundações e outras associadas ao risco de movimento de massas) Meta: -
	IM32 Ocorrência de inundações e seus efeitos – número de perdas de vida humanas ou desaparecidas, número de pessoas afetadas, evacuadas ou desalojadas (n.º)	Fonte: CMA (serviços de proteção civil municipais) Meta: 0
	IM23 Área ardida (ha evolução anual %)	Fonte: ICNF Meta: Diminuição

FC D	Indicadores de monitorização	Notas
FCD5 Desenvolvimento regional e local	IM25 Número de empresas (n.º evolução %)	Fonte: INE + CMA Meta: Aumento do n.º de empresas
	IM26 Dinâmica empresarial (novas patentes, empresas e países de exportação) (n.º)	Fonte: INPI Meta: Aumento
	IM27 Taxa de desemprego (%)	Fonte: INE + Pordata Meta: Diminuição
	IM33 Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior (%)	Fonte: INE Meta: Aumento
	IM46 N.º de Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por tipo de alojamento.	Fonte: INE Meta: Aumento

12. O que se concluiu sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do PDMA

O PDMA de 2012 apresenta-se como um instrumento fundamental para gerar novos equilíbrios sociais e económicos no concelho, como ferramenta para o combate de assimetrias, controlo e melhoria ambiental. A presente alteração ocorre principalmente por exigência de adaptação do PDMA ao novo enquadramento legal do ordenamento do território e urbanismo, de compatibilização com instrumentos entretanto publicados e de atualização de condicionantes, tendo a ocasião sido aproveitada para a inclusão de algumas correções materiais e outras decorrentes da experiência de aplicação do plano ao longo dos últimos anos, além das resultantes da participação pública inicial.

Embora o enquadramento desta avaliação seja na maioria uma adaptação, indica-se que na perspetiva de cada um dos fatores identificados pela AAE como críticos, espera-se que decorra da presente alteração a ocorrência de efeitos positivos no ambiente, em todos os domínios, mas principalmente no domínio do FCD2, associado ao ordenamento do território, nomeadamente no que respeita à proteção civil atividades e às económicas no âmbito da equidade territorial. São também esperados alguns efeitos negativos, em relação aos quais se definiu um seguimento cuidado, nomeadamente através da definição de diretrizes de seguimento que permitam reduzi-los ou mesmo eliminá-los.

Nem todas as alterações que não dependem da obrigação de adaptação, que decorrem principalmente da experiência de aplicação do PDMA desde 2012, foram tidas em conta, nomeadamente uma maior expressão na reversão de solo urbanizável para solo rústico, reconhecimento de alguns dos registos patrimoniais arqueológicos e o potencial geológico decorrente da Área Cativa de Argilas.

Ressalva-se ainda o notório o desenvolvimento do concelho de Águeda desde 2012, que a AAE do PDMA tem vindo a acompanhar, esperando-se que os efeitos da presente alteração contribuam para a sua continuação.

Acrónimos

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ABIMOTA	Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas
ACOAG	Associação Comercial de Águeda
AdRA	Águas da Região de Aveiro, S.A.
AdCL	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais
ADENE	Agência para a Energia
AEA	Associação Empresarial de Águeda
AFBV	Associação Florestal do Baixo Vouga
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
ARU	Área Reabilitação Urbana.
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIRA	Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
CMA	Câmara Municipal de Águeda
COS	Cartografia de Uso e Ocupação do Solo
CUR-Energia elétrica	Comercializador de último recurso de energia elétrica
CUR-Gás	Comercializador de último recurso de gás
DFCI	Defesa da floresta contra incêndios
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRAPC	Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro
DRCC	Direção Regional da Cultura do Centro
ECTRI	Estação Coletiva para Tratamento de Resíduos Industriais
ERAe	Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.
FCD	Fator Crítico para a Decisão
FSC	Forest Stewardship Council
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNR/SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - GNR
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IC	Itinerário complementar
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial

INE	Instituto Nacional de Estatística
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
LIQ	Laboratório Industrial da Qualidade
ONG	Organizações Não Governamentais
ORU	Operações de Reabilitação Urbana
PEFC	Programme for the Endorsement of Forest Certification.
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento.
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMA	Plano Diretor Municipal de Águeda
PMDFCI	Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal.
PROF-CL	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral.
PIMT-RA	Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro.
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
REN	Reserva Ecológica Nacional
RNAE	Associação das Agências de Energia e Ambiente
RNT	Resumo Não Técnico
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
ICRRN	Rede Rural Nacional
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SPV	Sociedade Ponto Verde
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão.
UA	Universidade de Aveiro
ESTGA/UA	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
UE	União Europeia.
VAB	Valor Acrescentado Bruto.
ZPE	Zona de Proteção Especial
ZEC	Zona Especial de Conservação.